

JORNAL AVOZDOMOTOBOY

SindimotoSP e Detran.SP trabalham por motofrete seguro e buscam soluções para demandas da categoria

Na busca por um trânsito mais seguro e diminuição de acidentes envolvendo principalmente os motociclistas profissionais, as duas instituições estarão juntas em uma série de ações que visem dar mais segurança ao exercício da profissão buscando diminuir os altos índices de morte bem como oferecendo qualificação para os motoboys.

O objetivo é mostrar que estar no motofrete exige qualificação, treinamento e experiência. Para isso se tornar possível, cursos de qualificação, bem como empréstimos a juros baixos para aquisição de motos novas, regularização de documentos e equipamentos de segurança estão sendo oferecidos pelo programa Motofretista Seguro.

Pg 04



Detran lança programa Motofretista Seguro para oferecer crédito e regularização

Pg 04

Abraciclo alerta sobre necessidade de humanização no trânsito



Pg 06

PL 578/19 tem Artigos que defendem os entregadores e dá responsabilidades as empresas de aplicativos

Pg 07

Aumenta número de motos furtadas e roubadas em São Paulo

Estatísticas mostram aumento de 22% na capital paulista na comparação entre os meses de abril e julho. Agora, com a flexibilização das restrições e a vida voltando ao normal, a tendência é o número aumentar cada vez mais. Os dados são baseados em apontamentos da Secretaria de Segurança Pública de SP.

Furto Motos Cidade de São Paulo

Vila Mariana	5,28%
Itaim Bibi	4,40%
República	4,05%
Santo Amaro	3,70%
Barra Funda	3,35%
Campo Grande	3,35%
Bela Vista	2,99%
Jabaquara	2,82%
Pinheiros	2,64%
Liberdade	2,64%

Pg 05

SindimotoSP e prefeito Bruno Covas reúnem-se para falar sobre segurança no motofrete



Pg 05

Motociclistas lideram indenizações pagas pelo Dpvat por acidentes em tempos de pandemia

Pg 06

Contran aprova mudanças nas regras para radares

Pg 03

Código de Trânsito tem regras novas para motocicletas

Aprovado na Câmara dos Deputados Federais e Senado, as novas regras flexibilizam leis vigentes e muda regras e cria outra como permissão de tráfego de motos nos corredores de carro.



Semana Nacional do Trânsito 2020 teve debates, reflexão e pit stop para motociclistas

O SindimotoSP participou da Semana Nacional do Trânsito (SNT) organizado pelo Governo Estadual de SP - Detran.SP e fez parte do Painel Digital - Palestra “Elevação da Qualidade do Transporte por Motofrete”.



Nesse debate, o sindicato representado pelo Diretor de Relações Institucionais SindimotoSP Rodrigo Silva, argumentou que o assunto “segurança” deve ser o foco das ações posteriores ao seminário, que os motoboys devem ser orientados quanto a necessidade da qualificação profissional, uso dos EPIs e que a tecnologia usada deve continuar gerando emprego sim, mas sem abrir mão da segurança do profissional motociclista.

O tema definido oficialmente pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) para a Campanha Educativa de Trânsito de 2020 foi “Perceba o risco, proteja a vida”, o qual buscou chamar a atenção sobre os perigos no trânsito, bem como outros riscos à saúde do cidadão.

A realização da SNT 2020 visa preservar vidas, por meio de ações de conscientização voltadas para educação, engenharia e fiscalização de trânsito, seguindo as recomendações contidas no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), uma vez que os acidentes no trânsito constituem uma das maiores causas de mortes no mundo.

O objetivo da Semana é conscientizar a população sobre a importância da mudança de atitude, evidenciando que cada um é responsável pela segurança de todos e, por isso, deve perceber os riscos e proteger a própria vida e a dos demais ao seu redor. Espera-se que as pessoas adotem novos comportamentos, valorizando a vida e, assim, seja possível reduzir o elevado número de lesões e de mortes causadas pelos acidentes de trânsito no Brasil.

Pit Stop especial marca a Semana Nacional do Trânsito em Guarulhos

Em mais uma ação da SNT, o Detran.SP promoveu à Campanha PitStop, iniciativa com foco na segurança viária dos motociclistas, principalmente aos



que atuam em serviços de motofrete na capital paulista.

Equipes do Detran.SP e parceiros realizaram interações com os motofretistas, atendimentos de saúde e distribuíram material informativo com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a importância de uma condução segura.

Os motociclistas que passaram pelos locais selecionados participaram de um quiz sobre comportamento e educação no trânsito e receberam prêmios.

Enquanto isso, as motocicletas passaram por um check-up da Porto Seguro para verificação dos itens básicos de segurança.

Coletes refletivos, antenas corta pipa e máscara foram alguns dos brindes distribuídos.

A Secretaria de Desenvolvimento Social também contribuiu com a doação de 13 mil kits de higiene. Na área de saúde, o atendimento aos motofretistas foi por meio do SEST-SENAT (Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte).

Durante a pandemia de Covid-19, foi constatado aumento no número de motociclistas que atuam em serviços de delivery e outros motofretes.

Segundo pesquisa da Rede Lucy Montoro, 57% das vítimas de trânsito com sequelas são motociclistas



e, hoje, os acidentes envolvendo esse modal são quatro vezes superior aos de carros. O PitStop contou com o apoio do SindimotoSP, abrindo diálogo para os setores que compõem todo esse ecossistema. “Queremos construir uma rede de proteção para esses profissionais e isso vai além da Semana do Trânsito”, finalizou Neto.

“O objetivo do Detran.SP foi oferecer condições melhores de trabalho para os motofretistas. Estamos investindo na cultura da educação de trânsito, na valorização, no reconhecimento da classe para que todos possam exercer a atividade em segurança, inclusive com a utilização de equipamentos adequados (EPIs)”, explicou o presidente do Detran.SP, Ernesto Mascellani Neto.

HISTÓRICO DO PIT STOP

23/09/2020

- Ponte Estaiada (embaixo) – Av. Jornalista Roberto Marinho, nº 6807, Cidade Monções, São Paulo – SP
- Shopping SP Market – Av. das Nações Unidas, nº 22540, Jurubatuba, São Paulo – SP

24/09/2020

- Brás Leme x Santos Dumont, nº S/N, Santana, São Paulo – SP
- Shopping SP Market – Av. das Nações Unidas, nº 22540, Jurubatuba, São Paulo – SP

25/09/2020

- Ponte Estaiada (embaixo) – Av. Jornalista Roberto Marinho, nº 6807, Cidade Monções, São Paulo – SP
- Shopping SP Market – Av. das Nações Unidas, nº 22540, Jurubatuba, São Paulo – SP

Expediente

A Voz do Motoboy
 Jornalista responsável: Pedro Pimenta
 Diagramação: Rodrigo Martins
 Colaboradores: Febramoto / Abramoto
 DNP / Instituto Motofrete / SindimotoSP
 Associação dos Motofretistas
 Redação: Rua Dr Eurico Rangel, 58
 Brooklin Novo / Cep: 04602-060
 Telefone: 5049-0442
 Site: www.jornalavozdomotoboy.com.br
 email: redacao@jornalavozdomotoboy.com.br

Editorial

Seguimos em frente diante do caos que vivemos, de tantas incertezas e agora, disputas políticas por conta das eleições municipais que acontecerão em novembro. Novamente começou o jogo de empurra e acusações que parecem nunca ter fim. Enquanto isso, nós, pobres mortais vamos sobrevivendo como é possível. No motofrete, apesar da demanda por entregas ter aumentado, os entregadores continuam trabalhando muito e ganhando pouco. Será que os temas discutidos sobre o assunto na Semana Nacional do Trânsito produzirão resultados práticos? Só o tempo dirá. Bom mesmo, é saber que o prefeito Bruno Covas assumiu compromisso com a categoria do motofrete dizendo que sancionará o PL 578 que diminuirá o sofrimento dos motoboys na capital paulista. Esse projeto será uma das maiores vitórias de uma categoria essencial e que merece respeito: a dos motoboys.

Contran aprova mudanças nas regras para radares

Medidas têm por objetivo valorizar o aspecto educativo na fiscalização do trânsito

A partir de agora, a instalação de aparelhos redutores de velocidade de veículos, os chamados radares – fixos ou portáteis –, deve observar critérios técnicos bem definidos.

Os radares fixos só podem ser instalados em locais onde houver placas de sinalização indicando o limite máximo de velocidade da via. Além disso, nos locais em que houver redução do limite de velocidade, deve haver placas indicando a gradual redução. Outro ponto de destaque é proibição da instalação de radares em locais onde haja obstrução da visibilidade por placas, árvores, postes, passarelas, pontes e etc.

Segundo o Contran, as mudanças na legislação têm por objetivo promover a fiscalização ostensiva no trânsito, privilegiando o caráter efetivamente

educativo em vez do meramente punitivo. O propósito das mudanças aprovadas é fazer com que o condutor seja alertado do limite de velocidade da via,



perceba os riscos, reduza a velocidade do veículo e diminua a chance de ocorrer acidentes. O que se pretende é fazer com que os limites de velocidade sejam obedecidos em vez de simplesmente multar o condutor. A fiscalização ostensiva e educativa fortalece medidas preventivas e de segurança, evitando violações de normas.

Entre as alterações aprovadas também estão:

Proibição do uso de equipamentos sem dispositivo registrador de imagem.

Publicação da relação dos trechos e locais aptos a serem fiscalizados nos sites da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via.

Restrição do uso do radar do tipo fixo redutor em trechos críticos e de vulnerabilidade de usuários da via, especialmente, pedestres, ciclistas e veículos não motorizados.

Regulamentação: caminho certo para conquistas no setor de entregas rápidas

Desde 2009, o Motofrete é regularizado através da Lei Federal 12.009. Assim como em todas as categorias profissionais, essa lei traz obrigações e direitos para todos os que trabalham no setor de entregas rápidas, seja trabalhadores ou empresas. Ela também descreve os itens de segurança que a motocicleta deve possuir, bem como o motociclista.

Para o trabalhador ficar regularizado é necessário fazer o Curso de 30 Horas Obrigatório do Contran, depois alterar a CNH para motofretista e por fim, tirar a Licença Motofrete (placa vermelha). No caso dos motofretistas da capital de São Paulo, é obrigatório ainda obter o Conduto.

Para dar início a regulamentação, o motociclista deve inscrever-se nos locais que oferecem o Curso Obrigató-

rio de 30 Horas do Contran, no caso o Sest-Senat (em todo Brasil) ou CET (só capital São Paulo). Após o término do curso, o motociclista deve ir ao Detran de seu estado e dar entrada no processo de alteração da CNH e fazer pedido da placa vermelha (Licença Motofrete).

Outras obrigatoriamente exigidas são: ter 21 anos; estar habilitado há dois anos na categoria A e não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir ou ter cassação da CNH decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

O SindimotoSP ressalta que todas informações relativas ao processo de regulamentação (Curso 30 Horas / Alteração de CNH / obtenção da placa vermelha - Licença Motofrete / Conduto para SP capital)



podem ser obtidas no sindicato Rua Dr Eurico Rangel, 58 - Brooklin / SP, de segunda a sexta-feira em horário comercial.

NÃO MEXA NO ESCAPE

O escapamento original foi desenvolvido para atender a lei ambiental, reduzindo a poluição do ar e sonora.

A troca do escape original pelo "estralador" é um problema, pois:

- Aumenta a poluição sonora e do ar, além de ser infração de trânsito grave
- Causa problemas de saúde
- Incomoda as pessoas, prejudicando a imagem dos motoboys

Aumentar o barulho da moto não faz você se tornar mais visto, e sim mal visto.

Pilote seguro e consciente, mantendo sempre as condições originais de sua moto



abraciclo

Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares

SindimotoSP e Detran.SP trabalham por motofrete seguro e buscam soluções para demandas da categoria

Nas duas reuniões entre as instituições no mês de setembro ficou acertado uma série de ações para desburocratizar e incentivar o processo de regulamentação no estado de São Paulo.



Foto: Rodrigo Silva (diretor Institucional SindimotoSP), Elisabete França (secretária municipal de Mobilidade e Transportes da Prefeitura de São Paulo), Ernesto Mascellani Neto (presidente do Detran.SP), Gilberto Almeida dos Santos (presidente SindimotoSP / Febramoto), Gerson Cunha e Marcos Alves (diretores SindimotoSP)



Frederico Pierotti Arantes - CETRAN-SP (Conselho Estadual de Trânsito de São Paulo), Juan Carlos Dans Sanchez (Diretoria de Veículos Detran.SP), Gilberto Almeida dos Santos (Presidente SindimotoSP e Febramoto), Fernando Souza (Presidente Sedersp), Rodrigo Silva (Diretor de Relações Institucionais SindimotoSP) e Silvia Lisboa (Coordenadora do programa Respeito à Vida, do Governo de São Paulo).

O Sindicato dos motoboys de São Paulo esteve em reunião no dia 14 de setembro com o presidente do Detran.SP Ernesto Mascellani Neto e com Elisabete França, secretária municipal de Mobilidade e Transportes da Prefeitura de São Paulo (SMMT-PMSP), para juntos desenvolverem ações que possam unir estratégias de políticas públicas para a questão da regulamentação do motofrete.

No encontro, também foi abordada a necessidade de campanhas educativas no trânsito especificamente para motociclistas por conta do aumento de 92% dos acidentes envolvendo motocicletas. O objetivo destas campanhas será a redução de acidentes, principalmente entre motofretistas que, segundo estudo da CET-SP, também estiveram envolvidos em acidentes, muitas vezes fatais, devido à alta demanda de

entregas ocorridas por conta do isolamento da população relativa à pandemia do coronavírus

Na sequência a esta reunião, foi oficializado em Portaria, a formação de um grupo de trabalho (GT) que buscará soluções para as demandas do setor em todo estado de São Paulo. O acordo de cooperação técnica foi assinado em reunião no Palácio dos Bandeirantes.

Neste contexto, o Detran.SP publicou a Portaria 169, de 18 de setembro de 2020, criando oficialmente um Grupo de Trabalho (GT) para realização de debates, análises, proposições e ações que visem melhoria nas condições de trabalho dos motofretistas em que, o SindimotoSP irá cooperar tecnicamente com o Detran.SP em conjunto com outras instituições ligadas ao setor.

Número alto de mortes mostra que motoboy exerce profissão de alto risco e precisa ter qualificação profissional

Os dados publicados pelos órgãos públicos ligados ao trânsito e saúde mostram aumento nos óbitos em acidentes de trânsito envolvendo motoboys. Parte disso reflete a inexperiência de quem tem procurado fazer “bicos” no motofrete para sobreviver, outra parte está na falta de fiscalização ou regulamentação específica para as empresas de aplicativos, que contratam sem critérios qualquer pessoa que tenha moto e CNH A.

Atualmente, para fazer entregas de qualquer tipo com motocicletas, é necessário que profissionais e empresas cumpram requisitos mínimos, o que não acontece em boa parte tanto de um lado quanto do outro.

A pessoa está desempregada e precisa sustentar família, pagar contas e vai para o motofrete sem experiência ou qualificação. As empresas, principalmente as de aplicativos, por não serem fiscalizadas e precisarem atender as demandas altas por entrega, contratam quem as procura, resultando em altos índices de mortes, como os atuais, que chegou aos impressionantes 85% só na capital de São Paulo.

Quem chega para ganhar pouco e trabalhar muito não tem noção do perigo que corre até ser tarde demais. Morte ou invalidez são os preços pagos, em algumas vezes.

É preciso ter qualificação profissional para aventurar-se em cima de uma motocicleta. Obdecer as leis que regem à categoria porque são fruto de anos de estudos de especialistas que dedicaram tempo para que os riscos fossem minimizados, já que motocicletas, por mais equipada com itens de segurança, ainda são o elo frágil dos acidentes, muitas vezes levando o condutor à morte ou invalidez.

Detran lança programa Motofretista Seguro para oferecer crédito e regularização

O Governador João Dória, em conjunto com o Detran.SP, lançou o programa Motofretista Seguro que oferece crédito no Banco do Povo Paulista (BPP) para aquisição de motos (R\$ 8,1 mil) e equipamentos (R\$ 3 mil), facilidades de financiamento em condições diferenciadas, bem mais acessíveis com empresas parceiras e, ainda, formação para profissionais desta categoria com o Curso 30 Horas do Contran oferecido pelo Detran.SP. O recurso para essa qualificação será financiado com recursos de multas do Detran. Na primeira fase do programa, o investimento do Detran.SP será de R\$ 5 milhões.

O pacote de medidas ainda dá oportunidade de regularização da documentação necessária para o exercício mais seguro da profissão. A iniciativa inte-

gra ações do Governo do Estado durante a Semana Nacional de Trânsito (SNT) e fecha o compromisso de campanha que o governador João Dória firmou com SindimotoSP e o setor do motofrete na capital.

O SindimotoSP parabeniza o governo estadual pela atitude e ações voltadas para a categoria que tem trabalhado na linha de frente em plena Covid-19, que está exposta ao risco de contaminação e acidentes no trânsito. Uma das bandeiras defendidas pelo sindicato é justamente à segurança do motofretista no exercício da profissão.

O programa Motofretista Seguro ainda tem intenção de gerar renda, promover a manutenção dos empregos e qualificar o motofretista para exercer a profissão com mais segurança e qualidade de vida.



REGULARIZAÇÃO DA CNH

Adequar os motofretistas para exercício da atividade com a regularização de documentos.



FACILIDADE NA COMPRA DE ITENS DE SEGURANÇA

Auxílio na obtenção de linhas especiais de crédito para troca de veículo ou compra de novos equipamentos de segurança.



CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

Cursos de formação e atualização com oportunidades de práticas de aperfeiçoamento.



ACESSO A LINHAS ESPECIAIS DE CRÉDITO

Os condutores que já estão com a CNH regularizada, poderão ter acesso a linhas de crédito especiais junto ao Banco do Povo Paulista (BPP) para aquisição de motos (R\$ 8,1 mil) e equipamentos (R\$ 3 mil), além de condições diferenciadas de financiamentos com empresas parceiras do Programa.

Para ter acesso ao programa e realizar gratuitamente o curso é imprescindível que você se cadastre em www.motofretistaseguro.sp.gov.br preenchendo as informações para receber orientações do Detran.SP em seguida.

SindimotoSP e prefeito Bruno Covas reúnem-se para falar sobre segurança no motofrete

A reunião aconteceu dia 10 de setembro de 2020 - na sede da prefeitura - para tratar demandas da categoria e interesses de quem anda de motocicleta pelas vias públicas municipais.



Estiveram presentes na reunião: Marcos Alves, Gerson Cunha, Rodrigo Silva, Gilberto Almeida dos Santos, o Gil (diretoria SindimotoSP), o prefeito Bruno Covas, Orlando Lindório de Faria (Secretário Municipal de Casa Civil - SMCC), Elisabete Françes (Secretária Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT e Assessor Especial Giba).

No começo do mandato em 2018, o chefe do Executivo Municipal recebeu o sindicato dos motoqueiros da capital que o alertou para as mortes que estavam ocorrendo no setor devido a irresponsabilidade das empresas de apps. Assim como hoje, naquela época elas desrespeitavam as normas vigentes que legislam a favor do setor e eram responsáveis por 18% dos óbitos de motociclistas entregadores, vítimas de acidentes de trânsito. Passado o tempo, a falta de fiscalização e de regulamentação específica para estas empresas, levaram à cidade registrar aumento assustador de 85% em dias atuais, números estes acentuados ainda pela alta demanda por entregas delivery devido ao isolamento social imposto pelo coronavírus.

Para o sindicato, é de suma importância e urgência a criação de políticas públicas definitivas e constantes, para que as empresas de aplicativos, além

das irregulares, adotem mentalidade de proteção ao trabalhador e não de exploração, como acontece. Os trabalhadores estão trabalhando mais, arriscando-se excessivamente para garantir salário razoável enquanto empresas ficam cada vez mais milionárias. Se não bastasse isso, ainda não recolhem impostos na cidade porque estão sediadas em outros municípios, deixando todo pagamento de impostos para os trabalhadores.

Na pauta da reunião o SindimotoSP relatou ao prefeito Bruno Covas a necessidade urgente de campanhas de trânsito específicas para motociclistas no sentido de reduzir acidentes envolvendo motos; revisão da Lei Municipal 14.491 que regulamenta em São Paulo o motofrete; gratuidade do Curso 30 Horas do Contran - que poderiam continuar aulas ministradas na CET.SP mas, também acontecerem no Cetet (Cen-

Segundo a CET - SP, as empresas de entregas por aplicativos que atuam no motofrete foram responsáveis por aumento de 18% nas mortes em acidentes envolvendo motocicletas na capital paulista. A regulamentação resultante do PL 578 obrigará essas empresas terem responsabilidade social e solidária com seus funcionários.

tro de Treinamento e Educação de Trânsito), já que este possui estrutura para ministrar o curso; além de criação de bolsões de estacionamento para motocicletas com placa vermelha.

O SindimotoSP ainda sugeriu que a criação de políticas públicas para motofretistas e motociclistas possam ser financiadas com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito (FMDT). Outras reuniões serão agendadas para dar sequência nas tratativas discutidas na ocasião.

Demandas discutidas na reunião

- Cumprimento das regras de segurança e de trânsito pelas empresas de aplicativos de motofrete.
- Campanhas de educação de trânsito voltadas para redução de acidentes.
- Política de estacionamento de bolsão.
- Revisão da Lei Municipal 14.491.
- Incentivos a regulamentação por parte do município.
- Expansão da capacitação de treinamento da CET para motociclistas profissionais.

Aumenta número de motos furtadas e roubadas em São Paulo

Estatísticas mostram aumento de 22% na capital paulista na comparação entre os meses de abril e julho. Agora, com a flexibilização das restrições e a vida voltando ao normal, a tendência é o número aumentar cada vez mais. Os dados são baseados em apontamentos da Secretaria de Segurança Pública de SP.



Os resultados mostram que os dias da semana com maior índice de roubo e furto são sábado e domingo, cerca de 17%. Devido ao fato do trânsito estar mais leve, fica mais fácil a ação dos ladrões.

Quarta-feira e quinta-feira representam 15% dos registros, enquanto terça-feira, segunda-feira e sexta-feira aparecem com 13%, 12% e 11%, respectivamente. Ou seja, sexta-feira é o dia com menor índice de roubo de motos em São Paulo, com 11% dos roubos no total.

O horário com maior índice de roubos é entre 20:01h e 22:00h com 23% dos casos. O horário entre 5:01h e 8:00h tem 17% das ocorrências e entre 17:01h e 20:00h fica com 16%. Horários de entrada e saída do trabalho ou da faculdade são os períodos em que os ladrões mais atuam. Os bairros que aparecem com mais frequência nos Boletins de Ocorrência são, na ordem: Itaquera, Itaim Paulista, Sapopemba,

São Mateus, Guaianazes, São Miguel, Campo Limpo, Ermelino Matarazzo, Pedreira, Barra Funda, Tatapé e Vila Mariana.

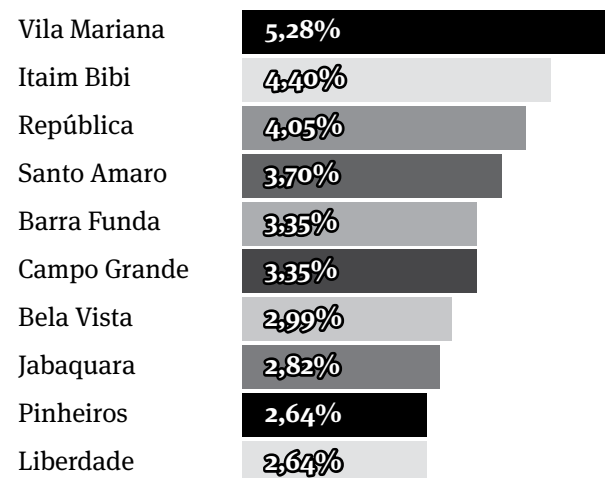
No final de 2019 computou-se mais de 35 mil motocicletas furtadas ou roubadas só na região metropolitana de São Paulo. O índice, segundo pesquisas, cresce em dezembro, mês recordista de roubo e furto de motos. Em dezembro do ano passado foram registrados mais de 6 mil eventos, o que representa uma alta de 54% em comparação à média mensal do período.

Ainda segundo levantamento, os últimos três meses do ano apresentam maior volume de boletins. No caso de roubo, especialmente em dezembro, o índice chega a ser o dobro da média mensal e o mês de novembro fica 50% acima. Esses números deixam claro que o fator clima de fim de ano favorece a ação dos bandidos, quanto mais motos na rua, maior a oportunidade para os criminosos.

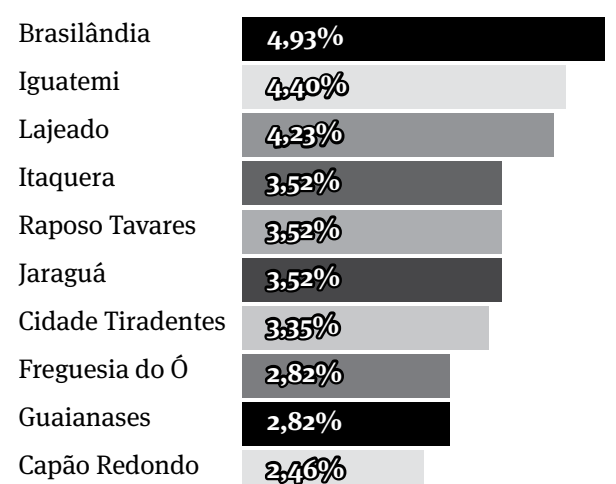
Na capital paulista, cinco bairros se destacam negativamente, com maior número de roubos e furtos: Santo Amaro, Cidade Ademar, Pinheiros, Bela Vista e Itaquera. Na análise dos crimes exclusivamente de furto, os top 5 foram: Santo Amaro, Pinheiros, Bela Vista, Jardim Paulista e Lapa. Já os eventos mais violentos, com arma em punho, são mais frequentes em bairros da periferia: Itaquera, Cidade Ademar, Iguatemi, Sapopemba e Jardim Ângela.

OUTROS DADOS RELEVANTES

Furto Motos Cidade de São Paulo



Roubo de Motos cidade de São Paulo



Motociclistas lideram indenizações pagas pelo Dpvat por acidentes em tempos de pandemia

Categoria recebeu 79% dos benefícios pagos no primeiro semestre. São Paulo puxou índice geral em âmbito nacional.

O dia a dia de quem faz entregas de moto ficou bem mais intenso, principalmente para quem atua no setor de delivery, por conta do coronavírus. Isso significa mais trabalhadores motociclistas nas ruas se expondo ao coronavírus e também aos riscos no trânsito.

Os pagamentos feitos pelo seguro DPVAT para motoboys representaram quase 80% do total dos pagamentos de indenizações. Segundo a Seguradora Líder, que administra o Dpvat, de janeiro a junho, foram pagas 125.395 indenizações a vítimas de acidentes envolvendo motocicletas, o que representou 79% dos 158.728 benefícios concedidos nesse período.

Do total de indenizações pagas aos motociclistas, 90.581 beneficiaram pessoas que ficaram com algum tipo de invalidez permanente, 26.686 receberam o reembolso de despesas médicas e suplementares após os acidentes e 8.128 foram destina-

das a famílias indenizadas por morte.

São Paulo é o estado brasileiro com o maior número de acidentes envolvendo motocicletas

Para se ter uma ideia, em 2019, foram 29.440 indenizações pagas para acidentes com esse tipo de veículo. Destas, 75% (22.062) foram para os condutores das motos. O levantamento realizado pela Seguradora Líder indica, ainda, que 17% (5.047) das indenizações foram destinadas aos pedestres e 8% (2.331) aos passageiros das motocicletas. Considerando os tipos de coberturas, cerca de 65% (18.994) foram destinadas a beneficiários que ficaram com algum tipo de sequela permanente, 27% (7.879) ao reembolso de Despesas de Assistência Médica e Suplementares (DAMS) e 8% (2.567) aos casos fatais.

A faixa etária mais atingida foi a de 18 a 34 anos, representando 48% das ocorrências indenizadas. Os períodos que concentraram o maior número de acidentes foram a tarde e o anoitecer. As vítimas do

sexo masculino representaram mais de 74% das indenizações.

No ano passado, foram pagas mais de 353 mil indenizações incluindo todos os tipos de veículos no Brasil. Apesar de representarem apenas 29% da frota nacional, as motos foram responsáveis por 77% dos pagamentos do seguro.

Criado em 1974, o Dpvat é um seguro obrigatório, pago anualmente pelos proprietários de veículos (carros e motocicletas) no Brasil, juntamente com a primeira parcela ou na cota única do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Durante a pandemia de covid-19, a Seguradora Líder está disponibilizando canais para que as vítimas deem entrada no seguro sem sair de casa, como a central de atendimento telefônica (4020-1596, para capitais e regiões metropolitanas, e 0800 022 12 04, para outras regiões), além do aplicativo Seguro Dpvat disponível para download na Apple Store ou Google Play.

Abraciclo alerta sobre necessidade de humanização no trânsito



Com o tema “A segurança é a sua melhor amiga”, a campanha de conscientização divulgada durante o mês de setembro na Semana Nacional de Trânsito (SNT) para motociclistas e ciclistas, propôs novo comportamento, adotando o respeito e gentileza para garantir a paz no trânsito.

Por conta da pandemia da Covid-19, a tradicional blitz educativa nas ruas cedeu lugar a vídeo e mensagens de

conscientização nas redes sociais, incentivando a mudança de comportamento. Para promover ainda mais interação, o público pode compartilhar histórias de boas ações vivenciadas no trânsito.

“A ideia é que esses depoimentos sirvam de exemplo e ajudem a criar um mundo com mais segurança, gentileza e respeito no trânsito”, afirmou na ocasião o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.

Abramet publica artigo sobre a necessidade de maior atenção aos motociclistas

Do cavalo mecânico ao unicórnio digital indomável

Usuários mais vulneráveis da via, os que mais morrem e os que mais ficam incapacitados em decorrência de acidentes, os motociclistas e seus veículos têm merecido especial atenção dos estudiosos da saúde e segurança no trânsito. Ágil e econômica, a motocicleta tornou-se um fenômeno de vendas e mais que duplicou sua frota em poucos anos. Principal meio de transporte na Ásia, veículo de lazer na Europa e Estados Unidos, passou a desempenhar importante papel como veículo da mobilidade pessoal e assumiu relevância também como ferramenta de trabalho.

Motofrete e mototaxista são profissionais incorporados à nomenclatura trabalhista e se firmaram como instrumentos de preservação da mobilidade nas cidades, quão mais importantes quanto mais avançadas pelos engarrafamentos. Em tempos de pandemia, a atividade que executam tornou-se mais que essencial, imprescindível.

Apesar de sua importância, o motociclista não tem merecido reconhecimento e respeito proporcionais à sua disponibilidade e ao risco a que estão sub-

metidos. Uma visita às emergências dos hospitais choca pelo número de jovens vítimas de acidentes com motocicletas ocupando os dispendiosos leitos. São acidentes que demandam forte atenção médica multidisciplinar e prolongado tratamento, sendo a completa recuperação rara, quase sempre gerando sequelas incapacitantes definitivas.

Não é incomum que percam a autonomia para os autocuidados, muitas vezes condenado a abdicar de vida social própria. O exponencial aumento da frota de motocicletas e do número de condutores deste tipo de veículo, somado às características de sua engenharia desprovida de habitáculo protetor e com trajetória de geometria instável, torna o usuário desse modal de transporte suscetível aos riscos do trânsito e sujeito a impactos para os quais a engenharia darwiniana da evolução não dotou o ser humano de proteção, apesar dos equipamentos de proteção individual naturais, o escudo torácico e o capacete ósseo craniano.

A medicina tem se empenhado em estudar os acidentes de trânsito e hoje pode afirmar que, em ver-

dade, eles nada têm de fortuitos ou acidentais. Conviver pacificamente no trânsito exige que tenhamos os demais usuários da via como parceiros de uma mesma jornada a esperança de que a COVID-19 nos leve a compartilhar dignamente os caminhos, portando os valores mais elevados, a ética e o respeito.

Manifestações de motociclistas profissionais estão se tornando frequentes e, basicamente, reivindicam a regularização da relação jurídica estabelecida entre eles e as chamadas plataformas digitais, inovação disruptiva que modificou substancialmente o mercado, a ponto de fazer com que a relação entre as partes pareça irreal.

Esta precariedade de vínculo tem demonstrado ser nociva para a saúde dos profissionais motociclistas, que, movidos pelo sistema que remunera melhor o que se sujeita à lógica da pressa, passam a assumir riscos que contribuem para a ocorrência de eventos indesejados de trânsito, com lesões e mortes como efeito colateral.

Por **José Heverardo Montal**, diretor da Abramet; artigo publicado no jornal Correio Braziliense, em 20/07/2020.



Rua Dr. Fernão Pompeu de Camargo, 865 • Jardim Trevo • Campinas, SP

19 3272 9821 • 19 3272 1707

www.albamoto.com.br • loja.albamoto.com.br

Código de Trânsito tem regras novas para motocicletas

Aprovado na Câmara dos Deputados Federais e Senado, as novas regras flexibilizam leis vigentes e muda regras e cria outra como permissão de tráfego de motos nos corredores de carro.



A atualização do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) tem causado polêmica e discussão em todo país, principalmente entre especialistas em trânsito porque entendem que as novas regras beneficiarão infratores bem mais do que diminuirão acidentes ou mortes. De iniciativa do Poder Executivo, o PL 3.267/2019 está em fase de conclusão na Câmara e em breve irá para sanção ou veto do presidente Jair Bolsonaro.

Entre outras alterações que afetam diretamente à vida dos motociclistas, a de maior impacto é a oficialização do uso dos chamados “corredores” de moto — quando os motociclistas andam entre as faixas das vias. Para uso do espaço, de forma legal, os motociclistas terão passagem livre entre veículos quando o fluxo estiver parado ou lento.

Se houver mais de duas faixas de circulação, a passagem somente será admitida no espaço entre as duas faixas mais à esquerda. A passagem nos corredores terá que ser “em velocidade compatível com a segurança de pedestres, ciclistas e demais veículos”.

Os órgãos e entidades com circunscrição sobre a via poderão implementar áreas de espera específicas para as motos, junto aos semáforos, imediatamente à frente dos outros veículos.

O texto ainda aumenta a idade mínima necessária para que as crianças possam ser transportadas na garupa das motos — de 7 para 10 anos de idade.

Validade da CNH muda também para moto

O candidato à habilitação deverá submeter-se a

exames realizados pelo órgão executivo de trânsito. Os exames de aptidão física e mental e a avaliação psicológica deverão ser realizados por médicos e psicólogos peritos examinadores, respectivamente, com titulação de especialista em medicina do tráfego e em psicologia do trânsito.

O texto amplia o prazo de validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), que será de 10 anos para quem tem menos de 50 anos de idade, 5 anos para quem tiver entre 50 e 70 anos e 3 anos para pessoas acima de 70 anos. Hoje, a regra geral é de 5 anos de validade.

Pontos na CNH

As alterações trazem aumento do limite de pontos para suspender a CNH. Para os condutores profissionais, passa a 40 pontos, e, para os demais, depende da quantidade de infrações gravíssimas cometidas nos últimos 12 meses. Na mudança, serão 40 pontos para quem não tiver infração gravíssima, 30 pontos para quem tiver uma infração gravíssima, e 20 pontos para quem tiver duas ou mais infrações dessa gravidade.

Documentação da moto para venda

Cria nova sistemática para a venda da motocicleta, na qual o comprador terá 30 dias para registrar o veículo em seu nome. Se essa etapa não for cumprida, findo esse prazo, o vendedor terá mais 60 dias para comunicar a venda junto ao Detran. Quem não cumprir esse prazo será penalizado com infração leve.

Multa

O novo CTB torna todas as multas leves e médias puníveis apenas com advertência, caso o condutor não seja reincidente na mesma infração nos últimos

12 meses. O texto também determina prazo máximo de 180 dias para a aplicação da penalidade e expedição de notificação de multa ao infrator. Em caso de apresentação de defesa prévia, esse período passa a 360 dias. Se o poder público perder tais prazos, a multa perderá a validade.

Notificação eletrônica

O condutor poderá optar pelo sistema de notificação eletrônica de multas. Nesse caso, se ele não apresentar defesa prévia nem recurso, reconhecendo à infração, poderá ganhar desconto de 40% no valor da multa. Porém, o sistema de notificação eletrônica deve disponibilizar campo destinado à apresentação de defesa prévia e de recurso, quando o condutor não reconhecer o cometimento da infração, na forma regulamentada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Registro Positivo

Será criado o Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), para cadastrar os motoristas que não cometeram infração de trânsito nos últimos 12 meses. A abertura de cadastro requer autorização prévia e expressa do potencial cadastrado. O RNPC poderá ser utilizado para conceder benefícios fiscais ou tarifários aos condutores cadastrados, na forma da legislação específica de cada ente da federação.

Outras atualizações

O novo Código de Trânsito aprovado ontem ainda atualiza o texto do CTB a práticas hoje correntes, tais como: dispensa da necessidade de selar as placas (o que já não é mais feito no novo formato Mercosul); possibilidade de conversões livres à direita, sob sinal vermelho, onde houver sinalização que as permita; autorização de emissão e fiscalização digital de documentos como a CNH, o Certificado de Registro do Veículo (CRV) e o Certificado de Registro de Licenciamento (CRLV), entre outros.

PL 578/19 tem artigos que defendem os entregadores e dá responsabilidades as empresas de aplicativos

Os Artigos 6, 7, 8 e 9 do projeto defendido pelo SindimotoSP e motociclistas profissionais da capital são claros e objetivos na defesa dos direitos dos trabalhadores que fazem entregas por aplicativos. Atualmente, todo o peso do exercício da

profissão de entregador está nas costas do motofretista que recolhe impostos, arca com os custos da motocicleta e fica, as vezes, o dia inteiro sem comer ou ter descanso remunerado enquanto as empresas de apps ficam milionárias. Veja abaixo,

resumidamente os principais itens que melhoram à vida de quem está nas ruas fazendo entregas e as devidas responsabilidades que as empresas terão, caso o projeto de lei seja aprovado na Câmara dos Vereadores de São Paulo.

ALGUMAS VANTAGENS DO PL 578 PARA O MOTOBOY:

Passará a receber 30% de periculosidade
Terá Seguro de vida obrigatório

OBRIGAÇÕES PARA EMPRESAS, ENTRE OUTRAS:

Obedecer as Leis Federais 12.009, 12.436, 12.997 e Lei Municipal 14.491

Responsabilizar-se solidariamente pela segurança e saúde do motoboy

DETERMINA que empresas de aplicativos e tomadores de serviço sejam responsáveis solidários por danos cíveis

OBRIGA pagamento do adicional de periculosidade de 30 %

PREVÊ multas para empresas, App's e tomadores de serviço que não respeitarem leis federais, estaduais ou municipais que protegem à integridade e o livre exercício da profissão.

MANTÉM as legislações existentes que preveem responsabilidades para o trabalhador motociclista.

ACRESCENTA estabelecendo regras gerais para regulação desde serviço de motofrete em âmbito nacional, esta proposta legislativa propõe estabelecer critério e normas para pessoas jurídicas, contratantes ou tomadores de serviços que contratam o serviço de motofrete na cidade de São Paulo, observando os parâmetros das Leis Federais 12.009/ 12.436 / 12.997.

MULTA empresas por contratações irregulares e que incentivarem metas por entregas ou prestação de serviços.

COBRA responsabilidade e prevê penalidades para empresas de aplicativo e tomadores de serviços.

PL 578, se aprovado, dará 30% de aumento para entregadores de apps

Isso mesmo, com a aprovação desse PL, os motoboys e bikers que trabalham para empresas de aplicativos podem ter aumento de 30% de adicional de periculosidade nas entregas, além de assegurados direitos como seguro de vida e cobertura hospitalar em caso de acidente. Os motoboys registrados em carteira já tem garantido o adicional através da Lei Federal 12.997.

“O PL 130/19 foi apresentado na calada da noite e sem consultar à categoria, que repudia veementemente o projeto. Além disso, ele beneficia apenas as empresas de aplicativo, é dúbio, gera diversas interpretações e contraria o que vem defendendo o Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT-SP), que diz que esse desequilíbrio no mercado ocasionado pela forma com que esses aplicativos atuam causando dumping social — uma prática dos empregadores para usar mão-de-obra mais barata que a normalmente oferecida. As empresas de apps só querem pagar miséria para os trabalhadores, estão pouco se lixando para a segurança de quem trabalha com moto”.

Gilberto Almeida dos Santos, o Gil - Presidente do SindimotoSP e Febramoto

Compra com sucesso é só no site do Consórcio Honda.

São milhares de contemplados
todos os meses, e você pode
ser o próximo.



consorciohonda.com.br



O Consórcio Honda é o caminho mais fácil
para você conquistar sua Honda 0 km.
São parcelas acessíveis,
milhares de contemplados todos os meses
e você pode fazer tudo em poucos cliques
pelo site consorciohonda.com.br

Acesse o site ou aponte a câmera
do celular para o QR Code.



publicis



Perceba o risco, proteja a vida.

HONDA
Consórcio